

A Geografia na Contemporaneidade

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Geografia na Contemporaneidade

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-018-6

DOI 10.22533/at.ed.186182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia econômica. 3. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia Sócioambiental”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu I volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia física engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia física, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, agroecologia, hidrografia e território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia física. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

GEOGRAFIA SÓCIOAMBIENTAL

CAPÍTULO 1	1
OS DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL/RJ QUANTO AO DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	
Gislaini Souza Magdalena Paravidino Vicente Paulo dos Santos Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.1861821121	
CAPÍTULO 2	14
A AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA CAMPONESA	
Emerson Ferreira da Silva Julie Mathilda Semiguem Pavinato Rafael Lucas Alves Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1861821122	
CAPÍTULO 3	26
A AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA DO SABER	
Elder Quiuqui Crislândia Reis Brito Gilmário Almeida Valéria Pancieri Sallin Edson Rocha Santos Adão das Neves Pereira Fábio Júnior Braz dos Santos Eni Silva Santiago Celso Luiz Borges de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1861821123	
CAPÍTULO 4	35
A PERSPECTIVA INTEGRACIONISTA DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA	
Andréa Marcia Legnani Fernando José Martins	
DOI 10.22533/at.ed.1861821124	
CAPÍTULO 5	48
AS JORNADAS DE AGROECOLOGIA DA BAHIA COMO ESPAÇO DE ARTICULAÇÕES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE DA QUINTA EDIÇÃO	
Anderson Souza Viana Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.1861821125	
CAPÍTULO 6	59
PATRIMÔNIO CULTURAL E NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO: A AGROECOLOGIA E VISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO	
Adilson Tadeu Basquerote Silva Eduardo Pimentel Menezes Rosemy Da Silva Nascimento Morgana Scheller	
DOI 10.22533/at.ed.1861821126	

CAPÍTULO 7 73

CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS VINCULADOS À ASSOCIAÇÃO DANDO AS MÃOS NO ESTADO DE MATO GROSSO

[Monalisa Janaya Castelo da Silva Vasconcelos](#)

[Djalma Adão Barbosa Júnior](#)

[José Adolfo Iriam Sturza](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821127

CAPÍTULO 8 88

OS TERRITÓRIOS MORAIS DE AGRODIESEL: A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS NO SEMIÁRIDO BAIANO*

[Maya Manzi](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821128

CAPÍTULO 9 99

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: ALTERNATIVA À CRISE ESTRUTURAL?

[Carlos Marcelo Maciel Gomes](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821129

CAPÍTULO 10 113

AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO TEMPORAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DA BACIA HIDROGRAFICA DO CORREGO SÃO MATEUS INFLUENCIADA PELO ATERRO SANITÁRIO SALVATERRA E PELO DISTRITO INDUSTRIAL PARK SUL

[César Henrique Barra Rocha](#)

[Sanderson dos Santos Romualdo](#)

[Hiago Fernandes Costa](#)

[Bruna Helena Coelho Pereira](#)

[Thiago Willian Lemos Fernandes](#)

[Leonardo Pimenta de Azevedo](#)

[Ana Carolina Nascimento Leão](#)

[Amanda de Sousa](#)

[Antoine Philippe Casquin](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211210

CAPÍTULO 11 130

OS FATORES NATURAIS, O USO, A CHUVA E A ENCHENTE NO RIO VERMELHO NA CIDADE DE GOIÁS-GO EM 2001.

[Adriana Aparecida Silva](#)

[Maria Gonçalves da Silva Barbalho](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211211

CAPÍTULO 12 140

GEOGRAFIA POLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS E REPRODUÇÃO CAPITALISTA: ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE A EXPANSÃO DOS HIDRONEGÓCIOS EM MATO GROSSO

[Ivan de Sousa Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211212

CAPÍTULO 13	155
GEOGRAFIA(S) DA PRODUÇÃO DE COCO NO BRASIL: ESPAÇO E TEMPO, TÉCNICA E TERRITÓRIO	
Leandro Vieira Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.18618211213	
CAPÍTULO 14	171
MORFOMETRIA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E SUA RELAÇÃO COM USO DAS TERRAS: CASO DA BACIA DO RIO PARAIBUNA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
João Cesar de Resende	
Letícia D'Agosto Miguel Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.18618211214	
CAPÍTULO 15	182
LAGOS ARTIFICIAIS E POSSÍVEL INFLUÊNCIA NO CLIMA LOCAL E NO CLIMA URBANO: ESTUDO EM PRESIDENTE EPITÁCIO (SP)	
Marcos Barros de Souza	
Zilda de Fátima Mariano	
Emerson Galvani	
DOI 10.22533/at.ed.18618211215	
CAPÍTULO 16	190
PRODUÇÃO, PATRIMÔNIO E IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: A AGROECOLOGIA E ALTERAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE OS SUJEITOS	
Adilson Tadeu Basquerote Silva	
Eduardo Pimentel Menezes	
Rosemy Da Silva Nascimento	
Morgana Scheller	
DOI 10.22533/at.ed.18618211216	
CAPÍTULO 17	204
PRÁTICAS DO COTIDIANO NAS ÁGUAS DE FRONTEIRA: PESCA, CONTRABANDO E COMIDA	
Paola Stefanutti	
Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.18618211217	
CAPÍTULO 18	221
A ATUAÇÃO DOS VENTOS EM PALMAS, TO	
Liliane Flávia Guimarães da Silva	
Lucas Barbosa e Souza	
DOI 10.22533/at.ed.18618211218	
CAPÍTULO 19	233
ANÁLISE DO USO E DA COBERTURA DA TERRA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
Camila de Moraes Gomes Tavares	
Ricardo Guimarães Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.18618211219	

CAPÍTULO 20	243
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUL DO AMAPÁ	
Irenildo Costa da Silva	
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão	
Roni Mayer Lomba	
DOI 10.22533/at.ed.18618211220	
CAPÍTULO 21	257
PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA INDICADOR DE QUALIDADE DE TEMPERATURA (iqT) E APLICAÇÃO EM CIDADES PARANAENSES	
Máriam Trierveiler Pereira	
Geórgia Pellegrina	
Odacir Antonio Zanatta	
Marcelino Luiz Gimenes	
Creir da Silva	
Shigetoshi Sugahara	
DOI 10.22533/at.ed.18618211221	
CAPÍTULO 22	269
ANÁLISE METODOLÓGICA E INTERPRETATIVA DE MAPEAMENTO DO RELEVO DE PELOTAS/RS	
Anderson Rodrigo Estevam da Silva	
Moisés Ortemar Rehbein	
DOI 10.22533/at.ed.18618211222	
CAPÍTULO 23	283
BANCO MUNDIAL, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE IRRIGAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL	
Gleydson Pinheiro Albano	
DOI 10.22533/at.ed.18618211223	
CAPÍTULO 24	296
CRÉDITO RURAL COOPERATIVO E DESENVOLVIMENTO LOCAL. ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL (PR)	
Rosecleia Burei Presa	
Pedro Ivan Christoffoli	
DOI 10.22533/at.ed.18618211224	
CAPÍTULO 25	312
GEOTECNOLOGIAS: TÉCNICAS E APLICAÇÕES NA AGROPECUÁRIA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
DOI 10.22533/at.ed.18618211225	
CAPÍTULO 26	320
ANÁLISES HÍDRICA PARA ALGUMAS CULTURAS NA MICRORREGIÃO VÃO DO PARANÃ – GO	
Luiz Carlos Benicio de Brito	
Diego Simões Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.18618211226	
SOBRE A ORGANIZADORA	327

GEOGRAFIA(S) DA PRODUÇÃO DE COCO NO BRASIL: ESPAÇO E TEMPO, TÉCNICA E TERRITÓRIO

Leandro Vieira Cavalcante

Universidade Estadual do Ceará

Fortaleza – Ceará

RESUMO: Procura-se, com este artigo, evidenciar as geografia(s) da produção de coco no Brasil, mediante análise do contexto produtivo do fruto e da caracterização da evolução de seu cultivo no país. Com isso, busca-se atentar para o debate acerca do espaço, do tempo, da técnica e do território, passíveis de serem apreendidos a partir da compreensão dos distintos períodos de produção de coco no Brasil, que possui uma espacialidade que lhe é particular, dotada de atributos essencialmente geográficos.

PALAVRAS-CHAVE: Produção de coco. Produção do espaço. Geografia da produção.

ABSTRACT: This article aims to present the geography of coconut production in Brazil, by analyzing the productive context of the fruit and characterizing the evolution of its production in the country. With this, we search to discuss space, time, technique and territory, which can be apprehended from the understanding of the distinct periods of coconut production in Brazil, which has a spatiality of essentially geographic characteristics.

KEYWORDS: Coconut production. Production of space. Geography of production.

1 | INTRODUÇÃO

A produção agrícola pressupõe uma espacialidade própria, influenciando fortemente no processo de produção do espaço mediante ocupação de determinados locais passíveis de expansão dessa atividade. Com isso, o espaço é transformado com vias a possibilitar o desenvolvimento das produções agrícolas, por meio de técnicas previamente destinadas para esse fim e através do trabalho humano, considerados fundamentais na produção do espaço geográfico. Isso ocorre porque, conforme afirma Santos (2008, p. 202), “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”, já que “produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida”. Nesse sentido, a produção agrícola e a produção do espaço tornam-se atos indissociáveis.

Dessa forma, como a produção do espaço é inerente à realização das atividades agrícolas, todo e qualquer cultivo possui uma própria espacialidade, ou uma geografia que lhe seja particular, capaz de evidenciar o debate entre tempo, espaço, técnica, natureza, trabalho e território. É nesse contexto onde podemos inserir a geografia da produção de coco no Brasil, que vem sendo realizada à medida em que o espaço é produzido e transformado com o intuito de assegurar a consolidação dessa

atividade produtiva no país. A partir do exemplo da produção de coco é possível perceber como e porque “cada atividade tem um lugar próprio no tempo e um lugar próprio no espaço”, segundo assegura Santos (2008, p. 203) ao destacar o papel da dinâmica temporo-espacial das atividades que animam a produção do espaço, como é o caso do cultivo de coco realizado há séculos em território brasileiro.

Infere-se que o Brasil é um dos mais importantes produtores mundiais de coco e tem esse fruto (bem como o coqueiro) como um dos principais símbolos nacionais, sinônimo da tropicalidade que caracteriza o país mundo afora, segundo assegura Lody (2011). Entretanto, antes que isso pudesse acontecer, os produtores brasileiros tiveram de se adaptar, aos poucos, às exigências que o cultivo de coco impunha, além também de descobrir todas as potencialidades que a exploração dos coqueiros poderia oferecer, após várias tentativas de domesticação desse fruto exótico. Hoje o coco é visto como um produto com alta valoração econômica e amplamente cultivado em todo o país. Todavia, para compreender essa atual conjuntura, cumpre perceber a evolução desse cultivo.

Nesse sentido, procura-se, com este artigo, evidenciar as geografia(s) da produção de coco no Brasil, mediante análise do contexto produtivo do fruto e da caracterização da evolução de seu cultivo no país. Com isso, busca-se atentar para o debate acerca do espaço, do tempo, da técnica e do território, passíveis de serem apreendidos a partir da compreensão dos distintos períodos de produção de coco no Brasil, que possui uma espacialidade que lhe é particular, como já discutido, dotada de atributos essencialmente geográficos. Assim, na sequência apresenta-se a dinâmica da produção de coco no mundo, as bases para a expansão desse cultivo no Brasil, os períodos de produção de coco no país e, por fim, as características do atual contexto produtivo do fruto.

2 | A DINÂMICA DA PRODUÇÃO DE COCO NO MUNDO

O coco é o fruto do coqueiro (*Cocos nucifera*), uma árvore originária de ilhas de clima tropical localizadas ao longo dos oceanos Pacífico e Índico, tendo o Sudeste Asiático como principal referência de centro de origem e diversidade, estendendo-se posteriormente para o Sul da Ásia, a América Latina, o Caribe e a África Tropical, segundo afirmam Bondar (1939), Labouisse (2004) e Martins e Jesus Júnior (2011). Desse modo, infere-se que o coqueiro é uma planta estritamente tropical, cultivado especialmente ao longo da faixa litorânea das baixas latitudes do planeta, onde são encontradas as condições edafoclimáticas (solo e clima) ideais para o pleno desenvolvimento das árvores e para a maturação dos frutos.

Conforme demonstram Fontes et al. (2002), em todo o mundo existem três variedades diferentes de coqueiro: gigante, anão e híbrido (imagem 01). O coqueiro gigante (também chamado de coqueiro da praia) é cultivado principalmente em moldes

extensivos, já que é a variedade mais resistente e a que menos exige cuidados, produzindo frutos entre o quinto e o sétimo ano após o plantio, chegando a uma altura de 30 metros e possuindo um período de produção que dura por volta de 60 anos, com colheitas realizadas normalmente a cada três meses. De acordo com Gerbaud (2011), cerca de 95% dos coqueirais do mundo pertencem ao grupo do coqueiro gigante, sobretudo em virtude da não obrigação de serem realizados os tratos culturais e em razão dos baixíssimos custos despendidos na manutenção do coqueiral.



Imagem 01 – Variedades de coqueiro.

Fonte: Leandro Cavalcante, 2014.

Já o coqueiro anão (também conhecido como coqueiro d'água) é cultivado de forma intensiva, o que requer cuidados constantes e irrigação diária, chegando a produzir frutos entre o segundo e terceiro ano após o plantio, não passando dos 12 metros de altura e possuindo uma vida útil de em média 40 anos, com colheitas comumente realizadas a cada mês. Por fim, o coqueiro híbrido, cruzamento entre as variedades gigante e anão, começa a produzir os frutos após o terceiro ano de plantio, chegando a atingir 20 metros de altura e possuindo uma vida útil de 50 anos, em geral, possibilitando uma colheita também mensal e apresentando uma produtividade maior do que as outras duas variedades, cujos frutos são colhidos ainda verdes ou já maduros.

O coqueiro, e com ele o coco, é responsável por garantir a sobrevivência de milhares de produtores nas regiões onde é cultivado, que viram no fruto uma maneira de se inserirem na economia mercantil e assegurar a sobrevivência de suas famílias, já que é desse cultivo que eles retiram a maior parte de seus rendimentos anuais, conforme indica Labouisse (2004). Destaca-se que, segundo Gerbaud (2011, p. 33), “le cocotier est essentiellement une culture de paysannat”, ou seja, o coqueiro é essencialmente uma cultura camponesa. De acordo com informações apresentadas por Siqueira et al. (2002), Hebert et al. (2007) e Gerbaud (2011), constata-se que cerca de 96% da produção mundial de coco é proveniente de pequenos produtores, que cultivam o fruto em áreas que raramente passam dos 4 hectares, onde são plantadas no máximo 100 árvores, cultivadas em sua maioria de maneira extensiva.

O coqueiro é uma cultura de pequenos camponeses, geralmente pobres, que são confrontados com diversas dificuldades: o débil custo do coco, o envelhecimento das plantações, os riscos de doenças mortais [das árvores] e as dificuldades de reconversão [com a substituição das árvores mais velhas] (HEBERT et al. 2007, p. 10, acréscimos nossos).

Durante seus trabalhos de campo e a partir de entrevistas realizadas com produtores de coco, Caillon (2011, p. 14) sempre repetia a mesma pergunta: “para que serve o coqueiro?”, e recebia também sempre a mesma resposta: “o coqueiro quer dizer dinheiro”, já que especialmente a copra (ou a popular “carne” do coco, normalmente vendida ralada) representa a primeira fonte de renda monetária para as populações rurais que habitam as remotas ilhas do Pacífico (LAMANDA, 2004). Apesar de realizada sob moldes extensivos, essa produção de coco do Pacífico visa fortemente atender ao mercado de óleo e de coco ralado. Assim, diversos são os países da Oceania e do Sudeste Asiático que têm a maior parte de suas economias centradas inteiramente na produção e exportação de coco e seus derivados.

Entretanto, a importância do coqueiro e dos produtos dele originados vai muito além da atividade econômica, conforme destacam Labouisse (2004) e Gerbaud (2011). Nota-se que o coqueiro tem quatro funções principais: a alimentar (sobretudo o fruto – o coco, que serve para o preparo de vários pratos), a doméstica (destinada à confecção de artesanato e à construção de casas e barcos, por exemplo), a ritualística (usada em cerimônias religiosas realizadas no Sudeste Asiático e na Oceania) e a mercantil (concretizada com a venda do coco ralado, além do óleo e da água). Além dessas, Caillon (2008, 2011) acrescenta ainda que o coqueiro também tem importantes funções sociais, místicas, simbólicas, medicinais e culturais.

Por essa razão, Gerbaud (2011, p. 45) classifica o coqueiro como “a árvore dos cem usos ou a árvore da vida”, uma vez que todas as partes que o compõem são inteiramente aproveitadas e possuem diferentes finalidades. As raízes são utilizadas para fazer chás, usados para tratar diversas doenças, e para a feitura de cestos. O caule é usado para a fabricação de casas, móveis, barcos, pontes, e ainda muito usado como lenha, entre outras finalidades. As folhas são aproveitadas na cobertura de casas, barracas de praias, quiosques, na compostagem orgânica, na confecção de cercas e no artesanato para a fabricação de vários utensílios.

Porém, a parte do coqueiro que oferece mais opções de uso são seus frutos, que possuem o maior valor agregado, com uma considerável aceitação em um mercado constantemente aquecido. Cada uma das estruturas botânicas do coco, indo da casca ao miolo do fruto, tem suas próprias finalidades e são usadas de diferentes formas. Percebe-se que o coco pode ser utilizado de quatro grandes maneiras: para suprir a alimentação humana, para fabricar o artesanato, para atender as necessidades específicas da indústria de cosméticos e produtos de limpeza e para servir como subproduto de determinados ramos de outras indústrias mais especializadas, como a indústria civil. Dentre essas, destacamos os usos do coco voltados para a alimentação humana, já que são eles os responsáveis por movimentar o circuito espacial produtivo

desse fruto.

Gerbaud (2011) assegura que o coco é a sexta fruta mais cultivada no mundo, e isso em aproximadamente 90 países. Entretanto, analisando a distribuição espacial da produção mundial de coco, percebemos que o seu cultivo se dá com mais intensidade em pouquíssimos países, sobretudo naqueles localizados no Sul-Sudeste Asiático, na Oceania e na América Latina, que concentram a quase totalidade da quantidade produzida no globo. Segundo dados da FAO/ONU, em 2010 apenas nove países concentravam 90% da produção mundial de coco, comprovando a concentração geográfica do cultivo do fruto. Esses principais países produtores de coco são, por ordem de quantidade produzida em 2010: Indonésia, Filipinas, Índia, Brasil, Sri Lanka, Tailândia, Papua-Nova Guiné, Vietnã e México.

Nesse contexto da configuração mundial da produção de coco, destaca-se que em 2010 a Indonésia concentrava sozinha 30% do coco produzido no mundo, seguida das Filipinas e da Índia, controlando respectivamente 25,8% e 18% da produção. Juntos, esses três países concentravam 74% do coco cultivado no planeta. Em seguida aparece o Brasil com 4,7% da produção mundial, o que aparentemente não parece ser muito, mas já é o suficiente para colocar o país no quarto lugar no *ranking* da produção do fruto no mundo. Todavia, se analisarmos apenas o contexto americano, o Brasil já concentra mais da metade da produção de coco do continente, com 56% da quantidade total produzida, despontando como o mais importante produtor regional do fruto.

3 | O CONTEXTO DA EXPANSÃO DO CULTIVO DE COCO NO BRASIL

Todo e qualquer cultivo tem uma história e uma geografia que lhe são particulares e que evoluem de acordo com o próprio movimento da economia local/mundial na qual está inserido. Nessa lógica, a produção brasileira de coco não se tornou o que ela é hoje da noite para o dia: foi preciso o desenrolar de inúmeros processos para dotar o cultivo do fruto no país das características as quais possui atualmente. Por esse motivo é importante apresentar a evolução da produção brasileira de coco, uma vez que a reconstituição histórica de uma atividade produtiva nos ajuda a ter uma melhor compreensão de como ela está organizada em períodos mais recentes, já que em tempos diferentes um determinado cultivo dificilmente possuirá as mesmas características, conforme assegura Santos (2008).

O coco, em virtude de não ser um produto genuinamente brasileiro, teve de ser importado de outros países até que a produção nacional se consolidasse. Bondar (1939) e Siqueira et al. (2002) afirmam que não havia coqueiros em nossas praias quando aqui chegaram os primeiros portugueses em 1500, e que foram eles os responsáveis pela introdução dos cultivares no território que viria a ser o Brasil. Para Andrade (1987, p. 87), o coqueiro, introduzido inicialmente no Nordeste brasileiro

nos tempos coloniais pelos portugueses, “[...] adaptou-se de tal forma à nossa faixa litorânea que, ao observador menos informado, dá a impressão de ser uma planta nativa”.

Bondar (1939), Andrade (1964), Siqueira et al. (2002) destacam que as primeiras mudas de coqueiro gigante foram introduzidas no Brasil pelos portugueses somente em 1553, quando houve um plantio de alguns coqueiros no atual Estado da Bahia, na região do porto de Salvador. Os portugueses trouxeram essas mudas e inúmeros frutos de Cabo Verde (Oeste da África), provavelmente oriundos da Índia ou Sri Lanka (Sul Asiático). Lody (2011, p. 19) acredita que “as plantações de coqueiros tenham sido iniciadas ao longo das rotas das navegações, como uma ação organizada para manter provisões e incorporar definitivamente o coco à dieta dos navegadores”, assim, por onde os portugueses passavam eles iam povoando a área com coqueiros, uma vez que eles já haviam incorporado o coco na sua alimentação.

Já as primeiras mudas de coqueiro anão começaram a ser plantadas no Brasil somente em 1925, a menos de cem anos, por iniciativa direta do então Ministro da Agricultura da época, que importou centenas de mudas de coqueiro anão e as distribuiu em dois campos experimentais localizados na Bahia e no Rio de Janeiro, como destaca Bondar (1939). Enquanto que as variedades de coqueiro híbrido só começaram a ser cultivadas no país por volta de 1951, a partir de projetos desenvolvidos por agrônomos e empresas de pesquisa agrícola, cultivos esses inicialmente realizados em Sergipe e no Rio de Janeiro, e em anos seguintes no Rio Grande do Norte, conforme apontam Siqueira et al. (2002). Observa-se, assim, que os plantios dessas três variedades de coqueiro no país foram realizados primeiramente na região Nordeste, com destaque sobretudo para os coqueiros gigantes.

Os coqueiros gigantes se adaptaram muito bem às características edafoclimáticas encontradas no litoral brasileiro, especialmente o baiano. Para Bondar (1939), a Bahia foi o lócus da expansão do cultivo de coco no país, que após algumas décadas já havia se espalhado por todo o Nordeste, na faixa da praia e dos tabuleiros. Fontes e Wanderley (2006) indicam que na faixa da praia predominam solos arenosos (Neossolos Quartzarênicos), que embora apresentem baixa fertilidade, são favoráveis ao desenvolvimento das raízes dos coqueiros. Em decorrência da valorização do preço da terra na região litorânea, atribuída principalmente à especulação imobiliária, e da necessidade de expansão das áreas de cultivo, Fontes e Wanderley (2006) apontam que grande parte dos novos plantios migrou da praia para os tabuleiros litorâneos, onde predominam solos do tipo Argissolo e Latossolo Amarelo, favoráveis ao pleno desenvolvimento dos coqueiros.

Assim, foi no litoral do Nordeste onde o coqueiro, inicialmente apenas da variedade gigante, encontrou as condições ideais de se desenvolver. Foi também nessa região, ao longo dos séculos, onde inúmeras comunidades de camponeses encontram no cultivo de coco um de suas principais fontes de renda, contribuindo consideravelmente para a subsistência de suas famílias, servindo não apenas como

alimento, mas também como fonte de renda com a venda do coco seco e como matéria-prima para a fabricação de utensílios domésticos, cobertura e revestimento de casas, construção de cercas e de pequenas embarcações, como as jangadas. Nota-se que o coco encontrou no Nordeste as condições naturais e sociais de que necessitava para demarcar, de vez, sua espacialidade em território brasileiro.

Nesse sentido, Costa (1999) assevera que o plantio e a exploração de coco no Brasil coincidem com o próprio processo de ocupação territorial nordestino, visto que foi nessa região onde as primeiras mudas começaram a ser cultivadas e onde a produção mais se consolidou. O autor aponta ainda que a presença dos coqueiros gigantes marcou de vez a paisagem do litoral do Nordeste, e que seu cultivo se deu desde os primórdios através de “práticas estritamente extrativistas aos moldes não-capitalistas, isolada territorialmente e ocupando espaços agrícolas marginais” (COSTA, 1999, p. 11). Até bem pouco tempo atrás falar em produção de coco no Brasil era o mesmo que falar em produção de coco no Nordeste, em razão da quase exclusiva concentração de coqueirais nessa região, constatação que aos poucos vem sendo alterada.

Em *A terra e o homem no Nordeste*, Andrade (1964, p. 126) já revelava que nas praias nordestinas o coqueiral dominava inteiramente a paisagem, “sendo visto a grande distância cobrindo com a sua sombra as habitações dos pescadores, os apetrechos e redes de pescar quando expostos ao vento”. O autor se refere até mesmo à existência de uma certa “promiscuidade” resultante da imbricação entre as comunidades e os coqueirais (imagem 02), que se misturavam de tal forma que era difícil de saber se eram as casas que estavam em meio aos coqueiros ou se eram os coqueiros que estavam sendo cultivados entre as casas. Nessas comunidades o mar fornecia o peixe e a terra sobretudo o coco, além do feijão e da mandioca, muitas vezes cultivados entre os próprios coqueiros, revelando a existência de um sistema agrícola bastante peculiar e característico dessa região do país.

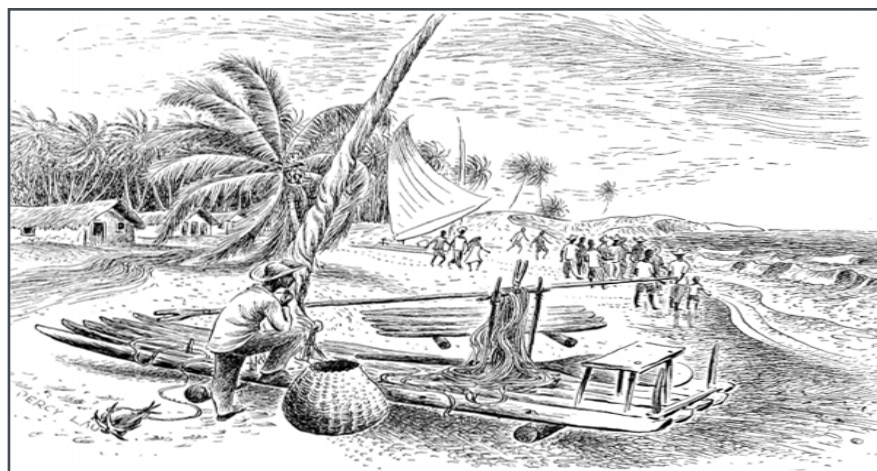


Imagem 02 – Comunidade de pescadores do litoral do Nordeste localizada em meio aos coqueirais.

Fonte: Mesquita (1961), desenho de Percy Lau.

Andrade (1964, p. 88-89) acrescenta ainda que “os coqueirais, respeitando o imperialismo da cana, confinaram-se à estreita faixa litorânea, dando margem a que desenvolvesse, aí, uma sociedade pobre, democrática, que nenhuma sombra fazia à aristocracia dos canaviais”. Por esse motivo, Costa (1999) vai se referir ao coco como uma “atividade econômica complementar”, profundamente interligada com as atividades agrícolas principais, a exemplo especialmente da cana-de-açúcar, historicamente cultivada na zona da mata nordestina, geograficamente localizada ao lado das áreas de produção de coco. Andrade (1964, p. 129) relata também que “embora o coqueiro seja uma planta de grande valor econômico, a ponto de se calcular o valor das propriedades na praia não pela extensão, mas pelo número de palmeiras frutificando que possui, não moldou uma civilização típica como a cana-de-açúcar”.

O coqueiro foi inicialmente cultivado no Brasil, e por um longo tempo, apenas por agricultores pobres, formados basicamente por caboclos, caiçaras e índios que povoavam o litoral nordestino. Muitos desses agricultores trabalhavam em terras arrendadas e/ou devolutas, e viam no cultivo de coco uma forma de garantir a alimentação e a posse dessas terras (MOTA et al., 1995). Assim, a produção de coco no Brasil nasceu enquanto uma atividade praticada por camponeses, especialmente por proporcionar uma produção permanente e por não exigir praticamente nenhum cuidado com as árvores, que além disso permitia a prática de consorciação e criação de animais, garantindo a subsistência das famílias que o cultivavam.

De acordo com Mota et al. (1995, p. 14), foi “nesta lógica que gradativamente as pequenas propriedades amplia[ra]m o cultivo do coqueiro em suas áreas, o explorando, em sua maioria, de forma extrativista”. Aos poucos o cultivo de coco no Brasil foi se expandindo, passando a ser produzido também por grandes produtores e seguindo em direção a outras regiões do país, atestando ainda a expansão da comercialização dos frutos e de seus subprodutos, alavancando consideravelmente a produção. De uma atividade praticada exclusivamente por agricultores pobres, o cultivo do fruto passou a despertar o interesse de outros produtores mais abastados e do crescente mercado consumidor, favorecendo o início de cultivos com o caráter meramente comercial e não apenas visando a subsistência.

4 | A PERIODIZAÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE COCO

A produção de coco no Brasil pode ser subdividida em determinados períodos, temporalmente identificados. Acerca da importância de traçarmos periodizações no intuito de facilitar a compreensão de uma determinada história, Silveira (1999, p. 66) considera que “uma periodização se impõe como regra de método fundamental, pois permite distinguir pedaços correntes de tempo nos quais um novo arranjo territorial revela uma modernização material e organizacional”. Santos e Silveira (2003, p. 20) acrescentam que as periodizações se caracterizam por “extensões diversas de formas

de usos, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais [...]”.

Assim, e de um modo geral, podemos subdividir a produção de coco no Brasil em quatro períodos distintos, tal qual propõem Costa e Gebara (2001) para o contexto mundial. Esses períodos, entendidos por Santos e Silveira (2003, p. 24) enquanto “pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo”, revelam as especificidades do cultivo do fruto no decorrer da história e sobretudo como elas foram evoluindo. Destaca-se que esses quatro períodos não apresentam uma rigidez em suas datas e em suas características principais. Chegamos a essa proposta de periodização sobretudo com base na leitura da bibliografia levantada, que apresenta algumas informações acerca da evolução do cultivo do coco no país.

O primeiro período de produção de coco no Brasil, que vai de 1553 até meados de 1800, é representado pela fase exclusivamente extrativista, quando apenas eram plantadas as árvores e colhidos os frutos dos coqueiros gigantes, sem a utilização de quaisquer instrumentos técnicos e/ou a realização de tratamentos culturais. Os coqueiros eram cultivados de forma aleatória e iam sendo plantados ao longo das faixas de praia. Além disso, nesse primeiro período foi importante o processo de adaptação das populações às potencialidades que poderiam ser usufruídas dos coqueiros, que, em um momento inicial, eram utilizados apenas para fornecer os frutos, consumidos *in natura*, isto é, não processados.

Em 1587, quando é publicado o primeiro registro do cultivo de coco em terras brasileiras, fica nítida a recente introdução dos coqueiros no país, os quais, apesar de apresentar uma excelente produtividade, não despertavam muito o interesse da população local, como afirma Souza (1971, p. 168). Décadas depois, Salvador (1627, s.p.) escrevia que “[...] cultivam-se palmares de cocos grandes, e colhem-se muitos, principalmente à vista do mar, mas só os comem, e lhes bebem a água, que tem dentro seus mais proveitos, que tiram na Índia”. Observa-se que apesar de fornecer alimento, ainda não se conheciam todas as utilidades do coqueiro, que continuava sendo visto como uma atividade exclusivamente extrativista e que visava apenas a subsistência das populações praianas que o cultivavam, não havendo qualquer comercialização dos frutos e muito menos uma agregação de valor a eles.

Num segundo período, que vai de 1800 até meados da década de 1930, houve uma considerável intervenção do homem no processo produtivo do coco. Os coqueiros continuavam sendo produzidos ancorados em práticas extrativistas, mas com cultivos já realizados também em moldes semiextensivos, em que havia uma relativa preocupação com a produtividade das árvores, e os produtores já aplicavam adubos orgânicos e realizavam a poda dos coqueiros e a capina do local onde eles eram cultivados. Nesse período começam a ser utilizadas as primeiras inovações técnicas associadas ao processo produtivo do coco, como exemplo o uso de enxadas para a realização da capina, de facões para a poda e de foices para a colheita.

Koster (2003) destacava que em 1816 as terras arenosas do litoral onde se plantava o coqueiro seriam, sem ele, desvalorizadas e inúteis, uma vez que “a renda dos coqueirais as tornam [as terras] valiosas. Os terrenos ocupados por essas plantações dão uma renda segura aos seus proprietários que os cultivam sem dificuldades quando para as demais culturas muitos esforços são exigidos” (KOSTER, 2003, p. 459). O coqueiro aparece, dessa forma, enquanto uma fonte de renda, servindo não apenas para a alimentação e aparecendo pela primeira vez como uma atividade econômica com relativa importância para as populações pobres que o cultivavam. Ainda segundo Koster (2003), o coqueiro já era amplamente aproveitado por esses agricultores que o cultivavam, conhecedores das finalidades do aproveitamento das árvores e dos frutos, consumidos também de maneira prensada, fornecendo óleo e leite.

A partir desse segundo período é que o cultivo de coco passa a adquirir um caráter de produção voltada também para o mercado, ainda que fosse um mercado basicamente local e regional e ainda que o fruto continuasse a ser considerado atividade de subsistência, sendo comercializado apenas o seu excedente, de acordo com Mota et al. (1995). Ao perceber o coco enquanto uma atividade rentável, as primeiras grandes fazendas produtoras começam a surgir no Brasil de maneira especial a partir do século XX, uma vez que o fruto passa a despertar a atenção de grandes produtores, iniciando uma considerável expansão de propriedades cultivadas com coqueiros, especialmente em direção aos tabuleiros litorâneos nordestinos, conforme asseguram Andrade (1987) e Mota et al. (1995).

O terceiro período, que vai de meados de 1930 a 1990, marcou a consolidação do cultivo e do consumo de coco no Brasil. A produção do fruto já era reconhecida em todo o país por seu “intrínseco valor econômico”, como se refere Pedrosa (1947), e o consumo de seus subprodutos, como o leite e o coco ralado, anteriormente limitados apenas ao Nordeste, já havia se expandido para outras regiões. Esse período pode ser subdividido em dois momentos: no primeiro se dá a expansão do cultivo de coco e a difusão de inovações técnicas, enquanto no segundo ocorre a consolidação dessa produção, com a participação cada vez maior da ciência ditando o processo produtivo do fruto, como observado atualmente.

Andrade (1987, p. 87) destacava que ainda na década de 1970 o coqueiro era explorado “por grandes e médios proprietários que raramente limpa[va]m e aduba[va]m o coqueiral, limitando-se quase sempre a desfrutá-lo”. E o autor acrescenta que somente a “racionalização da cultura poderia provocar aumento da produtividade, melhorando as condições econômicas dos proprietários e oferecendo maior produção”. Mas é após o início dos anos 1980 que se observa uma relativa expansão da utilização de insumos químicos e orgânicos nos coqueiros, ligada à aplicação de pesticidas, ao desenvolvimento de sistemas de irrigação e à utilização de implementos agrícolas, associados a novas técnicas de cultivo. Entretanto, a racionalização do cultivo de coco vai se dar com mais intensidade somente a partir dos anos 1990.

Anteriormente, de acordo com Mota et al. (1995) e Costa (1999), na década de

1970 já havia um importante parque industrial composto por pequenas e médias fábricas que processavam coco, localizadas sobretudo em Sergipe, pioneiro nessa atividade. Essas fábricas comercializavam seus produtos (leite e coco ralado) basicamente para o Centro-Sul do país, estimulando a expansão de novas áreas de cultivo com coqueiros. Em décadas seguintes se observou por todo o Brasil a consolidação de um setor agroindustrial do coco, com destaque especial para o grande crescimento das empresas Sococo, fundada em 1966 em Alagoas, e Ducoco, fundada em 1982 no Ceará, atualmente as duas principais empresas do setor no país.

Ainda nesse período, começou a esboçar-se o desenvolvimento dos primeiros estudos relacionados ao setor do coco, concentrados na Embrapa de Sergipe, estudos esses que visavam basicamente o cruzamento entre diferentes variedades de coqueiros, a produção e o fornecimento de mudas, o parecer de primeiras recomendações técnicas etc, conforme apontam Mota et al. (1995). Mas é especialmente após 1980 que se observa o avanço de pesquisas na área de melhoramento genético do coqueiro, visando ampliar a produtividade do mesmo, revolucionando o setor e transformando as pesquisas com coco em um negócio altamente rentável. Foi também nessa época que se iniciou a expansão dos cultivos de coqueiros anão e híbrido por todo o território nacional, não mais limitados apenas ao Nordeste do país.

Assim, nota-se que a arquitetura do atual período da produção de coco no país foi traçada no decorrer das décadas de 1930 a 1990. Podemos entender esse período como o marco na transição entre dois distintos modelos produtivos, caracterizados por uma inserção cada vez maior da técnica, ciência e informação ao processo produtivo do coco, como visto no quarto e atual período, iniciado por volta de 1990. É somente nesse último período que há um crescimento considerável da produtividade das árvores, em virtude da disseminação de novas e modernas técnicas associadas ao processo produtivo do fruto. O grande diferencial desse período vai ser justamente a utilização da ciência e da informação a serviço do cultivo de coco, em que a biotecnologia passa a assumir um papel importante.

Por fim, deve-se atentar para o fato de que esse atual período da produção de coco não se dá de maneira homogênea pelo país, dado que apenas algumas parcelas do território nacional e alguns produtores foram inseridos nesse novo momento do cultivo do fruto, uma vez que, conforme ressaltam Santos e Silveira (2003, p. 140), “como em todos os períodos, o novo não é completamente difundido no território”. Além disso, a emergência de um novo momento não elimina por completo as características do anterior, coexistindo, assim, diferentes períodos ao mesmo tempo. Organizamos na página seguinte um quadro com as principais características dos períodos de produção de coco no Brasil (quadro 01), muitas das quais que não constam na descrição aqui apresentada, mas que são indicadas na bibliografia consultada.

Períodos	Tipo de cultivo	Inovações técnicas	Produtores	Produtos e consumo	Áreas produtoras
Primeiro Período (1553-1800)	Produção meramente extrativista e exclusivamente de coqueiros gigantes. Sem a realização de tratamentos culturais.	Sem a utilização de inovações técnicas.	Cultivo realizado por comunidades litorâneas. Produção em pequenas quantidades.	Consumo do coco <i>in natura</i> , tanto verde quanto seco. Sem comercialização dos frutos.	Basicamente o litoral da Bahia, com cultivos se expandindo para o litoral de Sergipe, Alagoas e Pernambuco.
Segundo Período (1800-1930)	Cultivo semiextensivo, exclusivamente de coqueiros gigantes. Começam a ser realizados os primeiros tratamentos culturais.	Utilização das primeiras inovações técnicas. Início da adubação dos coqueiros.	Cultivo realizado sobretudo por agricultores pobres, mas que já despertava o interesse de grandes produtores.	Consumo de coco <i>in natura</i> e também processado, como óleo e leite. Comercialização regional dos frutos.	Todo o litoral do Nordeste, seguindo em direção ao litoral do Norte e do Sudeste.
Terceiro Período (1930-1990)	Cultivo semiextensivo e intensivo, principalmente de coqueiro gigante. Introdução do cultivo de coqueiro anão e híbrido.	Utilização de inovações técnicas, como insumos e implementos. Desenvolvimento de pesquisas do setor do coco.	Cultivo realizado por pequenos e grandes produtores.	Expansão do consumo de coco <i>in natura</i> e derivados. Expansão do setor agroindustrial. Comercialização realizada em todo o país.	Litoral e determinadas áreas do interior do Nordeste, além do Pará, Espírito Santo e Rio de Janeiro.
Quarto período (1990-Atualmente)	Cultivo semiextensivo e intensivo. Expansão dos cultivos de coqueiro anão e híbrido.	Utilização de inovações técnicas, como insumos e implementos. Ciência e informação à serviço da produção.	Cultivo realizado por pequenos e grandes produtores. Expansão de grandes empresas agrícolas de produção de coco.	Expansão do consumo de água de coco. Consolidação do setor agroindustrial. Início da exportação de água de coco.	Todas as cinco grandes regiões do país.

Quadro 01 – Principais características dos períodos de produção de coco no Brasil.

Elaboração: Cavalcante (2015). Compilado de fontes: Salvador (1627), Kidder (1845), Bondar (1939), Santos (1941), Pedrosa (1947), Simões (1954), Mesquita (1961), Andrade (1964), Souza (1971), França (1988), Mota et al. (1995), Costa (1999), Siqueira et al. (2002) e Koster (2003).

5 | O NOVO TEMPO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE COCO

Observando as características recentes, é válido afirmar que a produção brasileira de coco, especialmente após os anos 1990, já não é mais a mesma, uma vez que a partir desse período ela passa a ser realizada com mais intensidade sob os moldes da agricultura científica e inserida no contexto da agricultura de mercado, contrapondo-se a uma produção mais tradicional e de caráter de subsistência, que caracterizava praticamente todo o setor até o final do século passado, como visto anteriormente. Foi somente a partir da reestruturação produtiva pela qual passa o setor do coco que se puderam edificar as bases para uma verdadeira reviravolta no cultivo desse fruto no país, dotando-o de atributos até então não observados. Essa atual configuração, advinda com a reestruturação produtiva, deu origem à “nova geografia do coco” no Brasil, conforme discutido em Cavalcante (2015).

Nota-se, de um modo geral, que o cultivo desse fruto deixa de ser realizado quase que exclusivamente por comunidades litorâneas localizadas no Nordeste do

país e em pequenas quantidades sem a utilização de quaisquer insumos, passando a ser cultivado em larga escala em todas as grandes regiões e a receber importantes aportes de capital, ciência e tecnologia, levando ao desenvolvimento de uma nova maneira de se produzir coco, ampliando a quantidade produzida e a produtividade. Nesse sentido, emergem a modernização da produção de coco, a expansão do modelo produtivo do agronegócio desse fruto, o alargamento dos circuitos espaciais produtivos, agora realizados na escala global, entre outros processos em curso.

Nota-se, nestes pouco mais de 20 anos de materialização do processo de reestruturação do setor do coco, que estamos diante de um novo tempo do cultivo brasileiro do fruto. Para Elias (2003), Bernardes (2010) e Frederico (2010), esse novo tempo que se instala na agricultura do país, e não somente no cultivo de coco, é marcado principalmente pela presença de objetos técnicos recentes, que permitem uma maior velocidade das ações, seja na produção, no trabalho, na indústria, na circulação, na distribuição ou no consumo, levando a novas formas de uso e organização espaciais. O que vemos hoje, e cada vez mais, é um “campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente com tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, que aí rapidamente se instalam” (SANTOS, 1996, p. 142).

Salienta-se que a chegada do *novo* sempre remete a modificações, uma vez que “quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações preexistentes e estabelece outras. Todo o lugar muda” (SANTOS, 1994, p. 99). Ainda de acordo com Santos (1985), o *novo* está quase sempre ligado a inovações, enquanto o *velho* é tudo aquilo que já existia antes da chegada desse *novo*, e portanto não deve ser visto como sinônimo de atraso, mas sim como algo representativo de um tempo que já passou, de algo que coexiste com um conteúdo mais novo em relação ao que já existia anteriormente. Dessa forma, há uma coexistência mútua entre o novo e o velho, a exemplo do que é observado na produção de coco.

Atualmente podemos perceber a existência de dois modelos produtivos completamente distintos no Brasil: um centrado no cultivo de coqueiro gigante e outro no cultivo de coqueiros anão e híbrido. Assim, destaca-se que a reestruturação produtiva não atinge toda a produção de coco no Brasil com a mesma intensidade, processando-se de maneira diferenciada quanto ao cultivo dessas diferentes variedades de coqueiro. Percebe-se que o cultivo de coqueiro gigante é o menos incorporado ao contexto de reestruturação produtiva, uma vez que, em geral, sua produção ainda se dá fortemente baseada em moldes extensivos e semiextensivos, com uma rarefeita utilização de inovações técnico-científicas e agrônômicas, sem realização de adubação, pulverização e irrigação, salvo algumas exceções encontradas em grandes fazendas que cultivam essa variedade.

Por outro lado, há uma expansão de áreas cultivadas com coqueiro anão e híbrido, que são a representação mais fiel da reestruturação produtiva do setor. Quando nos referimos ao contexto atual do fruto no Brasil estamos falando

basicamente do cultivo dessas duas variedades, em ampla expansão por todo território nacional, passando a ocupar até mesmo áreas não tradicionais no cultivo de coco, conforme indicam Fontes et al. (2002) e Martins e Jesus Júnior (2011). Motivados pelo mercado aquecido de coco verde no país, os produtores estão investindo cada vez mais no cultivo dessas variedades, com uma utilização intensiva de tecnologia, ciência e informação, motivando a instalação e territorialização de grandes empresas, inclusive multinacionais, interessadas no promissor mercado de água de coco, agora comercializada em caixinhas de papelão dentro e fora do país.

Além dessa expansão dos cultivos de coqueiro anão e híbrido, chama atenção também a difusão do modelo produtivo do agronegócio pelos coqueirais do país, ancorado no ideário de se perceber a produção de coco enquanto atividade econômica de enorme potencial de crescimento, denotando o avanço da agricultura de mercado no cultivo desse fruto, onde a acumulação de capital passa a ser a palavra de ordem, segundo asseguram Bühler e Oliveira (2012). Isso revela sobretudo a acirrada atuação do grande do capital no cultivo de coco, a partir da difusão do modelo produtivo do agronegócio, assentado exclusivamente no latifúndio, utilizando modernos insumos e implementos agrícolas, com um plantio de coqueiros basicamente anões e/ou híbridos e ainda com expressiva atuação também no setor agroindustrial. Assim, se em períodos anteriores eram somente os pequenos produtores que cultivavam o fruto, hoje observamos também uma série de grandes empresas investindo fortemente no setor.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo buscou-se evidenciar, mesmo que brevemente, o cenário que permeia as geografias da produção de coco no Brasil, mediante análise de seu contexto produtivo e da compreensão da geo-história e da periodização do cultivo do fruto no país, evidenciando o debate acerca do espaço, do tempo, da técnica e do território, presentes na espacialidade que é inerente à própria dinâmica produtiva do coco. Foi possível perceber ainda as dinâmicas espaciais e temporais que permeiam a expansão e a consolidação da produção brasileira de coco, por intermédio do uso das técnicas e através do trabalho, responsáveis por assegurar o desenvolvimento e a territorialização dessa atividade, que passa por transformações na medida em que são atribuídos novos elementos que evocam um novo uso do tempo e do espaço.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica do Nordeste**. O espaço e a economia nordestina. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

BERNARDES, Júlia Adão. O novo tempo do capital no cerrado: a criação de novos territórios produtivos. In: BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI, Luís Angelo (Org.). **Espaço e circuitos produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010. p. 15-27.

BONDAR, Gregório. História do coqueiro no Brasil. **Revista O Campo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 110, 1939.

BÜHLER, Eve-Anne; OLIVEIRA, Valter Lúcio. Agricultura empresarial: novidades e desafios para a pesquisa sobre o rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI, **Anais...** Uberlândia, 2012.

CAILLON, Sophie. Arbre d'antan, arbre « des Blancs ». La valeur sociale des cocotiers et de leur espace à Vanua Lava (Vanuatu). **Géographie et cultures**, Paris, n. 63, 2008.

CAILLON, Sophie. Ethnobotanique du cocotier (*Cocos nucifera*) sur l'île de Vanua Lava (Vanuatu). **Le Journal de la Société des Océanistes**, Paris, n. 133, 2011.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **A nova geografia do coco: reestruturação produtiva, territorialização do capital e dinâmicas socioespaciais**. 2015. 298f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

COSTA, José Eloízio da. A formação da cadeia produtiva do coco em Sergipe. **Geonordeste**, Itabaiana, ano 10, n. 01, p. 09-25, 1999.

COSTA, José Eloízio da; GEBARA, José Jorge. A cadeia produtiva do coco em Sergipe. In: GERARDI, Lúcia Helena; MENDES, Iandara Alves (Org.). **Teoria, técnica, espaços e atividades: temas de Geografia contemporânea**. Rio Claro: UNESP, 2001. p. 177-198.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EdUSP, 2003.

FONTES, Humberto Rollemberg et al. **Sistema de produção para a cultura do coqueiro**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002.

FONTES, Humberto Rollemberg; WANDERLEY, Múcio. **Situação atual e perspectivas para a cultura do coqueiro no Brasil**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006.

FRANÇA, Vera Lúcia. **Mudanças nas áreas cocoicultoras do litoral sergipano**. 1988. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1988.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. São Paulo: Annablume, 2010.

GERBAUD, Pierre. Dossier – La noix de coco. **Revue FruiTrop** - CIRAD, Montpellier, n. 193, 2011.

HEBERT, Anne et al. **Cocotier et palmier à huile**. Publications du CIRAD, Paris, 2007.

- KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil, Províncias do Norte** – 1939-1840. Brasília: Reedição do Senado Federal, (1845) 2008.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil** – Volume 2. 12. ed. Fortaleza/São Paulo: Editora ABC, (1816) 2003.
- LABOUISSSE, Jean-Pierre. Systèmes agraires et économie du cocotier au Vanuatu: historique et perspectives. **Le Journal de la Société des Océanistes**, Paris, n. 118, 2004.
- LAMANDA, Nathalie et al. Organisation spatiale et dynamique des systèmes de culture à base de cocotiers (*Cocos nucifera*) dans une île mélanésienne. **Cahiers Agricultures**, Paris, n. 13, p. 459-466, 2004.
- LODY, Raul. **Coco: comida, cultura e patrimônio**. São Paulo: Editora Senac, 2011.
- MARTINS, Carlos Roberto; JESUS JÚNIOR, Luciano Alves de. **Evolução da produção de coco no Brasil e o comércio internacional** - Panorama 2010. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011.
- MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. Caiçaras no Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 02, p. 181-183, 1961.
- MOTA, Dalva Maria et al. **O coqueiro (*Cocos nucifera* L.) em Sergipe**: da agricultura de subsistência à coordenação nacional de pesquisa. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 1995.
- PEDROSA, Carlos. O colhedor de côcos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 02, p. 196-198, 1947.
- SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil, 1500-1627**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editores Weiszflog, 1627.
- SANTOS, Lindalvo Bezerra dos. Coqueirais das praias do Nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 01, p. 153-154, 1941.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SIMÕES, Ruth Mattos Almeida. Comentário do mapa da produção de côco-da-bahia no Estado da Bahia. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 123, p. 435-437, 1954.
- SIQUEIRA, Luiz Alberto et al. **A introdução do coqueiro no Brasil**: importância histórica e agrônômica. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002.
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 5. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, (1587) 1971.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-018-6

